



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DE INSTRUMENTOS DE REPASSE

PLANO DE TRABALHO DE TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 06/2024

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a. Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizadora: Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração – SPOA/SE/MAPA

Nome da autoridade competente: Fernando Magalhães Soares Pinto

Número do CPF: 983.***.***-72

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: SPOA/SE/MAPA, Port. MAPA Nº 609/2023

b. UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 130141 – SPOA/MAPA Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 130141 – SPOA/MAPA

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a. Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso**

Número do CNPJ: **10.784.782/0001-50**

Endereço: **Avenida Sen. Filinto Müller, 953 - Bairro: Quilombo - CEP: 78043-409 UF: MT**

Nome da autoridade competente: **Júlio César dos Santos**

Número do CPF: **840.xxx.xxx-49**

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Reitoria

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: **Decreto de 31 de março de 2021 / MEC e Regimento Interno do IFMT**

b. UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: **158144 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT**

Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED: **158144 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – PROEX**

3. OBJETO:

Fomentar o projeto 'Solo Vivo: Desenvolvimento e Sustentabilidade em Assentamentos de Mato Grosso', que tem como finalidade realizar o mapeamento, diagnóstico, interpretação e sistematização de dados sobre a fertilidade dos solos em assentamentos do estado de Mato Grosso, promovendo uma compreensão mais aprofundada das condições do solo para embasar práticas agrícolas sustentáveis, fortalecer a segurança alimentar e estimular o desenvolvimento socioeconômico nas comunidades atendidas.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

Meta 1: Identificação das propriedades e assentados participantes

Objetivo: Conhecer as características das propriedades e o perfil dos assentados para planejamento das atividades.

Etapas:

1.1 Cadastro das propriedades e assentados:

- Obter dados oficiais junto ao INCRA sobre os assentamentos (nome, localização, área, número de lotes, entre outros).
- Organizar reuniões com apoio de articuladores locais para sensibilizar e engajar os assentados.
- Coletar termos de adesão com consentimento para a coleta de amostras e participação no projeto.
- Aplicar questionários sobre regularização fundiária e produtividade das propriedades.
- Criar um banco de dados centralizado com as informações coletadas.

1.2 Identificação das atividades produtivas:

- Realizar entrevistas para mapear atividades agropecuárias predominantes.
- Registrar práticas de manejo e histórico de uso do solo.
- Levantar desafios e demandas dos assentados relacionados ao uso do solo.

1.3 Fortalecimento do diálogo com os assentados:

- Promover o envolvimento comunitário, incluindo lideranças locais.
- Alinhar cronogramas e atividades às necessidades dos assentados.

Meta 2: Coleta de amostras de solo

Objetivo: Garantir uma coleta eficiente, padronizada e rastreável para análise laboratorial.

Etapas:

2.1 Planejamento logístico:

- Elaborar cronograma com base em localização, condições climáticas e disponibilidade dos assentados.
- Treinar a equipe em protocolos de coleta.
- Mapear áreas para definição estratégica dos pontos de coleta.
- Preparar materiais e equipamentos necessários.

2.2 Execução das coletas:

- Realizar coletas conforme planejamento, seguindo normas técnicas.
- Registrar coordenadas geográficas de cada ponto com GPS.
- Identificar amostras com informações completas para rastreabilidade.
- Acondicionar amostras para preservar suas características.

2.3 Transporte ao laboratório:

- Organizar transporte seguro e rastreável das amostras ao laboratório.
- Monitorar o recebimento e início das análises.

Meta 3: Realização das análises do solo

Objetivo: Avaliar as propriedades físicas e químicas do solo para diagnóstico detalhado da fertilidade.

Etapas:

3.1 Análise textural:

- Determinar a proporção de areia, silte e argila.
- Classificar os solos conforme o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.

3.2 Análise de macronutrientes:

- Avaliar os níveis de fósforo (P), potássio (K), cálcio (Ca), magnésio (Mg) e enxofre (S) com métodos

apropriados.

3.3 Análise de micronutrientes:

- Determinar os teores de boro (B), zinco (Zn), manganês (Mn), ferro (Fe), cobre (Cu) e molibdênio (Mo).

Meta 4: Interpretação e diagnóstico da fertilidade do solo

Objetivo: Oferecer uma visão abrangente da aptidão agrícola dos solos nos assentamentos.

Etapas:

4.1 Desenvolvimento de ferramentas digitais:

- Atualizar o software **SoiIF** para geração de mapas temáticos (fertilidade, textura e aptidão agrícola).
- Criar relatórios personalizados com dados analíticos e visuais para apoiar decisões de manejo.

Meta 5: Recomendações técnicas e planejamento agrícola

Objetivo: Fornecer orientações específicas para melhorar a produtividade e sustentabilidade do uso do solo.

Etapas:

5.1 Integração dos dados no software:

- Carregar resultados de análises no **SoiIF** para gerar recomendações personalizadas.
- Correlacionar dados de fertilidade às exigências nutricionais das culturas locais.

5.2 Elaboração de mapas e orientações:

- Produzir mapas de textura e fertilidade para cada assentamento.
- Identificar culturas mais adequadas para diferentes áreas, considerando a aptidão agrícola e desafios locais.

5.3 Recomendação de calagem realizada através do software desenvolvido

Calcular a necessidade de calagem com base no índice de saturação por bases (V%) ou pela acidez potencial (H+Al), considerando o tipo de corretivo e a profundidade de aplicação.

Gerar relatórios de cada propriedade, indicando a quantidade e o tipo de calcário mais adequado (calcítico ou dolomítico), de acordo com a disponibilidade local e as características químicas do solo.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

Os assentados da reforma agrária e os acampados que estão em busca e processo de luta para conquistar este direito constitucional talvez sejam um dos muitos grupos que podemos categorizar como camponeses, ou pertencente à agricultura familiar. E mesmo que não haja distinções conceituais entre a agricultura familiar e o campesinato, pode-se afirmar que, com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), houve uma ampliação da definição sobre quem são “os povos do campo”, do qual também fazem parte ribeirinhos, quilombolas, trabalhadores rurais assalariados, indígenas, comunidades tradicionais, posseiros, povos da floresta, sem terras, entre outros grupos sociais.

Segundo o Mapa Social (SILVA; SATO, 2011), no estado de Mato Grosso estão muitos destes grupos sociais, espalhados pelos três biomas — Amazônia, Pantanal e Cerrado; cada qual apresenta suas características culturais e socioambientais nas relações de produção da vida intrínseca aos seus territórios. O que os caracteriza como camponeses e/ou agricultura familiar é justamente o modo de vida e de produção para subsistência, marcando, assim, clara definição e diferença com uma agricultura industrial, do agronegócio, de *commodities*, incompatível com estes grupos.

Ao serem atendidos pela reforma agrária, os assentados possuem a posse da terra e o direito de produzir no seu lote. Contudo, a política de reforma agrária, que vai muito além de “dar terras”, só se consolida após todo um projeto de desenvolvimento do assentamento em um território produtivo e sustentável: com construção das casas, área social, escola, saneamento básico, fomento à produção local, assistência técnica, etc. Todo este processo representa um ordenamento social e de desenvolvimento o qual chamamos de Projetos de Assentamento, para, só depois disto, chegar à titularização da terra propriamente dita.

No estado de Mato Grosso, segundo dados do Incra (2021), há 375 projetos de assentamentos espalhados por todas as regiões, abrangendo 103 municípios do total de 143, beneficiando um total de 64.219 famílias, o que corresponderia a uma média de 1,8% da população total do estado (sem contar os assentamentos de projetos estaduais, comunidades tradicionais, etc.). Deste total, apenas 9.645 famílias possuem o título da terra, ou seja, há 54.574 não tituladas, e isso comprova que ainda há um déficit em torno da política pública da reforma agrária, pois sabemos que ter o título pode facilitar o acesso a créditos rurais e a financiamentos. Em agosto de 2021, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), dentro do estado de Mato Grosso, comemoraram 26 anos de luta pela terra e reforma agrária, o movimento está presente em cinco regiões do estado (baixada cuiabana, Página 19 de 47 norte, médio norte, sudeste e sul) inserindo-se em 15 assentamentos e envolvendo em média 2.435 famílias. E também possui acampamentos com dezenas de famílias que reivindicam áreas no estado.

Ressalta-se que as pesquisas de Senra (2017), realizadas no âmbito do próprio IFMT em parceria com o MST-MT, evidenciam o descaso com a efetivação da reforma agrária nos tempos atuais e também a violência no campo, como é o caso do acampamento pesquisado, o qual já sofreu dois despejos violentos por pressão do agronegócio. Outrossim, a falta de inserção no circuito de produção e comercialização, a falta de competitividade devido a baixa quantidade e qualidade da produção e ainda, a ausência de regularidade de produtos, são alguns dos desafios enfrentados pelos agricultores familiares. Isso se materializa na fragilização da segurança alimentar de milhares de famílias, o que se configura como um agravante do quadro de miséria e violência no meio rural.

Tal situação revela a importância de se reafirmar a agricultura familiar camponesa enquanto categoria produtiva apta a figurar no centro das políticas estatais, uma vez que é um dos segmentos que mais contribui para a elevação do PIB (produto Interno Bruto) ao colaborar com o consumo interno e alimentar das cadeias locais e regionais de produção e distribuição de alimentos e derivados. Concomitantemente, promove a sustentabilidade e, socialmente, preserva tradições culturais e os modos de vida das famílias do campo.

Mediante o exposto, o IFMT, através do ‘Projeto Solo Vivo: desenvolvimento e sustentabilidade em assentamentos de Mato Grosso’, que tem por objetivo determinar a aptidão de cada assentamento atendido com base na fertilidade atual do solo, busca oferecer subsídios técnicos, científicos e tecnológicos para o direcionamento das políticas voltadas para os arranjos produtivos dos pequenos empreendimentos rurais, cumprindo assim sua função institucional estratégica no aprimoramento do desenvolvimento local e regional.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a sub descentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

(x) Sim

() Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

(x) Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

(x) Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

(x) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(x)Sim

()Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 17% do valor global pactuado:

1. Custos operacionais na execução com Fundação de Apoio em conformidade com as Leis no 8.958/1994, no 10.973/2004, Decretos no 7.423/2010, no 9.283/2018 e Resolução Consup/IFMT nº 50/2017, até o limite de 10%;

2. Despesas Administrativas e Operacionais – D.A.O e demais custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED, como: aluguéis; manutenção e limpeza de imóveis; fornecimento de energia elétrica e de água; serviços de comunicação de dados e de telefonia; taxa de administração; e consultoria técnica, contábil e jurídica, conforme art. 2º do Decreto 10426/2020, até o limite de 5%;

3. Serviços de terceiros pessoa jurídica, até o limite de 2%.

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Início	Fim		
Meta 1	Identificação das propriedades atendidas pelo projeto	Unidade	1	3.780.259,99	3.780.259,99	Dez/24	Jan/25		
Meta 2	Coleta de amostras de solo	Amostras	4000	188,72	754.880,00	Jan/25	Fev/25		
Meta 3	Realização de análises do solo	Amostras	4000	188,74	754.960,00	Jan/25	Abr/25		

Meta 4	Interpretação e diagnóstico da fertilidade do solo	Unidade	1	754.960,00	754.960,00	Fev/25	Mai/25		
Meta 5	Recomendações técnicas	Laudo	1	754.940,01	754.940,01	Fev/25	Mai/25		

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
Dezembro/2024	R\$ 4.760.000,00
Abril/2025	R\$ 2.040.000,00

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO – PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO DIRETO/ INDIRETO	VALOR PREVISTO
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	NÃO	2.010.000,00
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	NÃO	3.634.000,00
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	SIM	1.156.000,00
VALOR TOTAL		R\$ 6.800.000,00

12. PROPOSIÇÃO

Brasilia - DF,

(Documento datado e assinado eletronicamente)

JÚLIO CÉSAR DOS SANTOS

Reitor do Instituto Federal de Mato Grosso

13. APROVAÇÃO

Brasilia - DF,

(Documento datado e assinado eletronicamente)

FERNANDO MAGALHAES SOARES PINTO

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar dos Santos, Usuário Externo**, em 03/12/2024, às 18:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO MAGALHAES SOARES PINTO, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**, em 04/12/2024, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **39339242** e o código CRC **F3ED8BCD**.